



## **Demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro-anexo ao Balanço, nos termos do nº 7º do artigo 40º da Lei nº 2/2007, de 15/01, Lei das Finanças Locais**

### **I – Introdução**

Em cumprimento do disposto no nº 7º do artigo 40º da Lei nº 2/2007, de 15/01 - Lei das Finanças Locais: ***“Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao Balanço, a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro.”***

Em virtude de haver coincidência na apresentação do Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, referente ao seu 3º semestre, com a apresentação da Prestação de Contas de 2011, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, vai esta demonstração, anexa ao Balanço, complementar o 3º relatório de execução, no seu ponto **8. Demonstrações Financeiras**, uma vez que foi apenas este ponto que careceu de dados efectivos, em Janeiro e Fevereiro do corrente ano, quando foi elaborado o referido relatório.

Apesar de acautelar a não duplicação de situações já tratadas e evidenciadas no Relatório de execução do 3º semestre do PSF, considerando ***“a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro”***, inclui-se aqui o ponto **7. Evolução do endividamento do Município**, dada a sua relevância económica e financeira.

## 1- Demonstrações Financeiras

Balço	2009	2010	2011
<b>Activo líquido</b>	<b>52.306.750,67</b>	<b>52.115.844,46</b>	<b>52.586.407,17</b>
Bens de domínio público	30.435.513,11	27.936.569,67	26.996.938,36
Imobilizações incorpóreas			8.200,12
Imobilizações Corpóreas	20.983.798,90	22.819.618,04	24.318.468,88
Investimentos Financeiros	45.095,02	41.364,23	41.364,23
Existências	228.053,07	377.374,49	411.940,89
Clientes, Contribuintes e utentes, c/c	46.748,69	42.244,24	41.818,56
Estado e outros entes públicos	27.984,25	24.142,10	31.440,29
Disponibilidades	278.332,76	565.384,42	328.905,14
Acréscimos de proveitos	260.664,41	309.147,27	407.180,55
Custos diferidos	560,46	0	150,15
<b>Fundos próprios</b>	<b>40.361.880,97</b>	<b>36.256.920,45</b>	<b>32.865.017,11</b>
Património	44.478.243,54	44.478.243,54	44.478.243,54
Reservas legais	1.146.117,59	1.146.117,59	1.146.117,59
Resultado transitados	-1.199.350,01	-7.104.123,35	-9.370.728,94
Resultado líquido do exercício	-4.063.130,15	-2.263.317,33	-3.388.615,08
<b>Passivo</b>	<b>11.944.869,70</b>	<b>15.858.924,01</b>	<b>19.721.390,06</b>
Dívidas a instituições de crédito	4.795.441,43	11.753.534,89	11.507.837,14
Fornecedores, c/c	3.086.450,12	983.286,79	1.555.227,38
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.560.030,95	363.496,92	2.409.468,59
Estado e outros entes públicos	43.204,61	56.460,64	62.446,19
Outros credores	1.330.050,35	895.384,80	1.420.010,53
Acréscimos de custos	93.122,56	53.149,41	62.943,10
Proveitos diferidos	1.036.569,68	1.753.610,56	2.703.457,13
<b>Fundos próprios + Passivo</b>	<b>52.306.750,67</b>	<b>52.115.844,46</b>	<b>52.586.407,17</b>

Analisando os activos municipais verificam-se alterações mais significativas no Imobilizado, Existências, Disponibilidades e Acréscimos de proveitos, relativamente ao ano anterior.

As variações do imobilizado, sejam nos bens do domínio público ou privado do Município, devem-se às obras em curso, com um peso significativo das empreitadas em execução e também das obras por administração directa. Também as amortizações económicas anuais fazem variar os valores do activo líquido.

As disponibilidades em 31/12/2010 reflectem apenas a situação financeira de um ano com recurso às receitas creditícias.



O Acréscimo de proveitos variou positivamente em virtude de certas transferências, como por exemplo, as participações no Gabinete Técnico Florestal do ano de 2011 terem sido recebidas integralmente em Janeiro de 2012, metade da transferência do Instituto de Segurança Social ter sido recebida em Janeiro de 2012, serem acrescidos os proveitos, por ano escolar, de transferências da DREC e a especialização no exercício dos proveitos diferidos em anos anteriores.

No passivo as grandes variações positivas, de 2010 para 2011, estão reflectidas nos saldos credores de Fornecedores de Imobilizado e em Outros Credores. Também os proveitos diferidos, que incluem 969.490,90 €, recebidos em 2011, de participações do QREN nas obras co-financiadas agravam o passivo municipal, pesando significativamente no resultado líquido do exercício.

<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
CMVMC	2.398.711,52	1.148.821,14	1.191.937,11
Fornecimentos e serviços externos	3.960.402,08	2.966.675,63	2.284.136,65
Custos com o pessoal	4.219.599,77	4.711.043,37	4.587.412,91
Transf.subsídios correntes concedidos	1.359.096,32	963.399,73	942.883,26
Amortizações/Provisões do exercício	3.284.509,93	3.319.158,94	3.038.348,46
Outros custos e perdas operacionais	2.612,47	50.057,97	17.048,91
Custos e perdas financeiras	112.120,76	190.396,42	430.012,19
Custos e perdas extraordinárias	130.856,09	29.145,45	492.397,28
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-4.063.130,15</b>	<b>-2.263.317,33</b>	<b>-3.388.615,08</b>
Vendas e prestações de serviços	1.065.684,11	1.273.814,49	1.170.781,11
Impostos e taxas	2.567.612,49	2.413.097,14	2.555.146,69
Trabalhos para a própria entidade	1.928.415,04	1.635.398,99	473.618,11
Transferências e subsídios obtidos	5.690.346,25	5.604.255,17	5.297.525,06
Proveitos e ganhos financeiros	10.478,09	8.967,56	9.801,21
Proveitos e ganhos extraordinários	142.242,81	179.848,33	88.689,51

Como está evidenciado, na Demonstração de Resultados acima, houve redução dos custos operacionais, do ano de 2010 para o ano de 2011. No entanto, não sendo suficiente esta redução, é necessário aumentar as medidas de gestão que diminuam os custos.



Os custos financeiros sofreram um grande acréscimo, motivado pela prorrogação do período de carência do empréstimo a médio e longo prazos para saneamento financeiro e a consequente renegociação da respectiva taxa.

Os custos extraordinários incluem as transferências de capital de apoio às obras realizadas pelas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e Nelas, pelo Centro Paroquial de Vilar Seco, e também pela comparticipação do Município nas grandes reparações dos equipamentos da ETA de Fagilde, efectuadas pelos Serviços Municipalizados de Viseu.

## **2- Evolução do endividamento do Município**

### **2.1- Endividamento de médio e longo prazos**

O limite de endividamento a médio e longo prazos para o ano de 2011 é, nos termos do artigo 53º da Lei do Orçamento de Estado para 2011, de 10.763.941,71 €, tendo sido ultrapassado em 149.285,52 €.

**Endividamento de médio e longo prazos de 2009, 2010 e 2011**

		<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	
<b>(A)</b>	Empréstimos MLP	4.795.441,43	4.253.534,89	11.507.837,14	<b>a)</b>
<b>(B)</b>	Empréstimos MLP excepcionados	682.323,81	628.727,58	594.609,91	
<b>(C)</b>	Total Empréstimos MLP não excepcionados (A)-(B)	4.113.117,62	3.624.807,31	10.913.227,23	
<b>(D)</b>	Limite endividamento MLP(nº2º Artigo 39º LFL)	6.647.555,80	7.084.833,73	<b>10.763.941,71</b>	<b>b)</b>
<b>(E)</b>	Empréstimo Saneamento Financeiro		7.500.000,00		
<b>(F)</b>	Excesso endividamento MLP considerando Empréstimo Saneamento Financeiro	0,00	4.039.973,58	149.285,52	
	<b>a)</b>	<b>Em 2011, inclui o EMLP para o Saneamento Financeiro</b>			
	<b>b)</b>	<b>Limite endividamento MLP para 2011, nos termos do artigo 53º da Lei nº55-A/2010, de 31/12 -LOE/2011</b>			

### **2.2- Endividamento líquido**

Nos termos do já referido artigo 53º da LOE para 2011, também foram alteradas as regras que estabelecem o limite do endividamento líquido:

“Em 31 de Dezembro de 2011 o valor de endividamento líquido, calculado nos termos da Lei nº 2/2007, de 15/01, alterada pelas Leis nº 22-A/2007, de 29/06, 67-A/2007, de 31/12, e 3-B/2010, de 28/04, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010.”

Considerando os cálculos definitivos da Direcção-Geral das Autarquias Locais, efectuados com a Prestação de Contas/2010, o endividamento líquido de 2011 não pode exceder 12.461.591,07 €, registando-se em 31/12/2011 ( cálculo provisório ) um excesso de endividamento líquido no valor aproximado de 3.319.847 €.

Apesar de não ser comparável o excesso de endividamento líquido de 2011 com os dos anos anteriores, por ter havido alterações às regras de cálculo do seu limite, como é referido acima, é visível na evolução dos três últimos anos que o endividamento líquido anual tem aumentado muito, relativamente ao ano imediatamente anterior.

Evolução do endividamento líquido nos anos de 2009, 2010 e 2011

	2009	2010	2011
Limite ao endividamento líquido	8.309.445	8.856.042	12.461.591
<b>Endividamento líquido municipal</b>	<b>9.792.899</b>	<b>12.717.358</b>	<b>15.781.438</b>
Excesso de endividamento líquido	1.483.454	3.861.816	3.319.847

### **3- Conclusão**

Há necessidade imperativa de continuar a reduzir despesas, muito concretamente as despesas com pessoal e prestação de serviços, insistir na compatibilização entre o investimento anual com as receitas de capital arrecadadas, assegurar que as despesas correntes não excedem as receitas correntes como princípio de boa gestão, e, fundamentalmente, não assumir compromissos que não possam ser integralmente solvidos no exercício a que respeitam.

Consciente da situação de desequilíbrio financeiro do Município, a Câmara Municipal tem intenção de cumprir o Plano de Saneamento Financeiro e sua Revisão, mesmo



considerando as condições adversas da actualidade, mas carecendo do tempo necessário à caducidade de certos compromissos assumidos.

Nelas, 10 de Abril de 2012,

A Câmara Municipal,

Nelas, 27 de Abril de 2012,

A Assembleia Municipal,